

VAGNER RIBEIRO DOS SANTOS

**OS CASOS EXCEPCIONAIS NAS EXPLORAÇÕES
MINERAIS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE: uma questão de princípios**

BACHARELADO EM DIREITO

FIC – CARATINGA

2010

VAGNER RIBEIRO DOS SANTOS

**OS CASOS EXCEPCIONAIS NAS EXPLORAÇÕES
MINERAIS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE: uma questão de princípios**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito, das Faculdades Integradas de Caratinga, como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em direito, sob orientação do professor Msc. Eder Marques de Azevedo.

FIC – CARATINGA

2010

RESUMO

A Constituição da República de 1988 dedica em seu texto um capítulo específico ao meio ambiente. Trata-se de um direito fundamental previsto constitucionalmente e com legislações infraconstitucionais auxiliares, destacando-se ao nosso caso, a Lei nº. 4.771/65, que retrata sobre as Áreas de Preservação Permanente. Referidas áreas são tratadas em nossa legislação que prevê a possibilidade de explorações minerais, mesmo em caráter de excepcionalidade, através da Resolução nº. 369, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Tal possibilidade incide enquanto seja de utilidade pública ou de interesse social. Deparamos de um lado com o direito fundamental ao meio ambiente previsto na Constituição da República de 1988, e em contrapartida, com a possibilidade de se explorar Áreas de Preservação Permanente autorizado por uma Resolução do CONAMA. Cabe analisar este confronto de regras aliado à existência de colisões com os princípios jurídicos como o da prevenção, do desenvolvimento sustentável e do direito humano, com resultados incompatíveis e contraditórios, gerados por interesses econômicos diversos em detrimento de interesses difusos. Não existe uma prevalência absoluta de princípios. Relevamos que, quanto maior seja o grau de prejuízo do princípio que há de retroceder, maior há de ser a importância do princípio que prevalece. Uma solução prática e compatível seria a não autorização das explorações minerais em Áreas de Preservação Permanente, visando à manutenção do ecossistema e conseqüentemente da própria existência humana.

Palavras chave: Áreas de Preservação Permanente; Resolução CONAMA nº. 369; direito ao meio ambiente; princípios jurídicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	11
CAPÍTULO I - TUTELA DO MEIO AMBIENTE	20
1.1 Direito fundamental ao meio ambiente e sua natureza difusa	20
1.2 Tutela constitucional do meio ambiente: a interpretação do art. 225, Caput, da CR/88	25
1.2.1 Democracia ambiental: visões antropocêntricas e biocêntrica	29
1.3 Preservação versus Conservação ambiental	32
CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS AMBIENTAIS E AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	34
2.1 Natureza jurídica dos princípios ambientais	34
2.2 Princípio da Prevenção	36
2.3 Princípio do desenvolvimento sustentável	40
2.4 Princípio do direito humano	41
2.5 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	42
CAPÍTULO III – POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	44
3.1 Sistema Nacional do meio ambiente (SISNAMA)	44
3.2 Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	47
3.3 Poder normativo do CONAMA: As Resoluções ambientais	49
CAPÍTULO IV - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	56
4.1 Tutela das Áreas de Preservação Permanente	56
4.2 Aplicabilidade das Áreas de Preservação Permanente	58
4.3 Supressão total ou parcial de Áreas de Preservação Permanente	60
4.4 Explorações minerais em Áreas de Preservação Permanente	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

REFERÊNCIAS67

ANEXO69

Dedico este trabalho a minha espôsa Wilma a quem Deus escolheu como minha parceira e eterna companheira.

Aos meus filhos Caroline e Pedro, frutos desse amor bonito, e

Especialmente ao meu saudoso e eterno pai (Almiro), que tanta falta nos faz, mas com quem espero encontrar um dia na glória.

Amo todos vocês! ...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Wilma e aos meus filhos Caroline e Pedro pelo carinho, amor e compreensão presentes em todos os momentos;

Ao meu saudoso pai, que um dia partiu, mas deixou como ensinamentos a honestidade, a humildade, à honra e o trabalho que fazem parte do meu caminhar;

A minha mãe Deolinda, a minha irmã Vânia e ao meu irmão Ronaldo pela força e incentivo constantes;

A saudosa Vó Tita e Dona Nadir presentes em oração e intercessão a cada dia;

A todos os colegas, especialmente ao Marcos, a Deuci e a Dona Raimunda, companheiros dessa jornada;

Aos Professores e funcionários da FIC, especialmente ao meu orientador e professor EDER MARQUES DE AZEVEDO pela paciência e atenção dispensada e conhecimentos compartilhados;

Agradeço a todos que no anonimato contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse alcançar esta vitória;

Agradeço especialmente a Deus pelas imensas misericórdias para com a minha vida. Por ter me concedido o dom da sabedoria, da inteligência, da mansidão e por ter achado graça em meu viver.

Obrigado PAI por mais esta conquista.